

## **UMA CRÍTICA AOS HERDEIROS DEBATE SOBRE A RECESSÃO 74/75**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Opinião nº 149, 12 de setembro de 1975.*

A economia brasileira, depois de sete anos de grande expansão, entrou em recessão a partir do segundo trimestre de 1974. No terceiro trimestre de 1975, a conjuntura ainda continua recessiva. Em sua edição de 18 de agosto de 1975, o *Jornal da Tarde* publicou uma longa entrevista com cinco jovens e brilhantes economistas brasileiros: Afonso Celso Pastore, da Universidade de São Paulo, Carlos Langoni, da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, e João Manoel Cardoso de Mello, Luciano Coutinho e Luiz Gongaza Belluzzo, os três da Universidade Estadual de Campinas. Nestas entrevistas, provavelmente escritas ou pelo menos cuidadosamente ditadas, os economistas debateram diversos problemas relacionados com a recessão econômica.

Os dois primeiros são economistas neoclássicos ou ortodoxos, herdeiros do liberalismo econômico de Adam Smith e de Alfred Marshall. Os três últimos são economistas neokeynesianos, herdeiros do pensamento crítico de Ricardo e Marx, e de toda a tradição estruturalista latino-americana. Depois da leitura do debate, surge a questão: até que ponto divergem neoclássicos e estruturalistas (assim os chamaremos neste trabalho), quando se trata de analisar um problema econômico concreto como a atual recessão? Além disso, cabe perguntar se a análise apresentada é suficiente para explicar o problema. Adiantando e resumindo as respostas a estas questões, veremos que há acordo em relação às causas imediatas, conflito em relação às causas básicas. Embora a análise estruturalista vá mais ao fundo da questão, ela ainda se revela incompleta.

Existe uma impressionante concordância entre os cinco economistas quanto às causas imediatas da recessão. Em síntese, a economia brasileira se viu, no início de 1974, com dois problemas graves: a pressão inflacionária e o desequilíbrio do balanço de pagamentos. Diante desta situação, o Governo adotou medidas estabilizadoras violentas, reduzindo a oferta de moeda e os gastos públicos. Um pouco mais adiante, adotou também medidas restritivas às importações. Ora, estas medidas são todas altamente inibidoras do crescimento da renda. Observa Pastore: “o governo optou por uma diminuição nos índices de crescimento para poder controlar a inflação”. Confirma Belluzzo: “o espectro da inflação incontrolável e os receios de uma grave deterioração do balanço de pagamentos implicaram o governo a adotar medidas de ‘estabilização’ que afetaram, naturalmente, já

no segundo semestre de 74, o ritmo de expansão da economia”. Cardoso de Mello fala em uma “ampliação persistente das importações de bens de produção, o que significa criar pressões cada vez maiores sobre o balanço de pagamentos” e em “crescentes pressões inflacionárias”; e conclui que a política econômica adotada foi a da aplicação de “medidas contracionistas que, salvo evidentemente os exageros eventuais, eram inevitáveis”.

Estão todos de acordo, portanto, que em fins de 1973 se haviam criado fortes pressões inflacionárias e o déficit do balanço de pagamentos tornara-se ameaçador, levando o Governo à adoção de clássicas medidas de contenção da demanda agregada através principalmente das restrições ao crédito. Ora, conforme observa Langoni, a política gradualista de controle da inflação implicava na “troca do déficit do Governo por expansão de crédito ao setor privado”. Agora, também o crédito era restringido. Por outro lado, as empresas brasileiras são especialmente sensíveis às medidas restritivas de crédito, porque uma proporção elevada de seu financiamento é constituída por empréstimos de curso prazo. Deve-se ainda assinalar que a acumulação de capital depende cada vez mais da capacidade de importar. As restrições ao crédito e, secundariamente, as dificuldades em importar criadas pelo Governo teriam deflagrado a recessão.

Mas as concordâncias entre neoclássicos e estruturalistas sobre as causas da recessão param aí. Porque resta saber que fatores levaram a economia às pressões inflacionárias e ao desequilíbrio no balanço de pagamentos. E quando chegamos a este ponto da discussão, as posições divergem claramente. Para os neoclássicos, para os quais uma visão histórica e estrutural do processo econômico não faz sentido, aqueles fenômenos são conjunturais e têm origens exógenas. Conforme afirma Langoni, “as dificuldades enfrentadas atualmente pelo Brasil são ‘conjunturais’, associadas a uma necessidade de conter a inflação e de corrigir o desequilíbrio no balanço de pagamentos”. Pastore não é menos explícito. Para ele, “a desaceleração atual não tem causas endógenas na economia”. O que, então, determinou as pressões inflacionárias e o desequilíbrio do balanço de pagamentos? Foram simplesmente a importação da inflação estrangeira, através da elevação dos preços dos produtos importados, e particularmente a crise do petróleo. Devem-se ainda adicionar as grandes e descontroladas entradas de capitais externos durante 1973, obrigando o Governo a aumentar, muito além do desejado, o volume de meios de pagamentos. Não fossem estes fatores aleatórios, e a economia brasileira teria continuado tranquilamente sua marcha ascensional.

Diversa é a posição dos três economistas estruturalistas. A recessão deve ser explicada a partir do ciclo de expansão por que passou a economia brasileira. Este ciclo, iniciado em 1968, foi denominado “modelo brasileiro” e contém em seu bojo as contradições que levaram à recessão. Segundo essa perspectiva, a recessão mundial teria um papel acessório, embora importante, na determinação da crise. Conforme afirma Luciano Coutinho, “na sua raiz, a crise atual decorre dos problemas inerentes ao padrão de crescimento recente. O papel da recessão mundial, foi, na verdade, o de precipitar e aprofundar as contradições que já estavam latentes no que se denominou ‘modelo brasileiro’”.

O ciclo de acumulação 68/74 foi caracterizado por uma grande expansão de alguns setores industriais. Destacaram-se dois setores produtores de bens de consumo de luxo: a indústria de bens duráveis de consumo, especialmente a automobilística, e a indústria de construção civil orientada para a produção de residências caras. Cresceram ainda as indústrias estatais produtoras de insumos básicos e a indústria mecânica de maquinaria. O crescimento das indústrias de bens duráveis foi apoiado em um sistema de crédito ao

consumidor; a indústria de construção teve como apoio financeiro o Banco Nacional de Habitação; as indústrias básicas foram financiadas por créditos originários de poupança forçada e de empréstimos internacionais. Este crescimento estava baseado em setores já existentes. Não houve diversificação da produção mesmo no setor de bens de produção, onde a demanda cresceu violentamente. Por outro lado, observa Cardoso de Mello, “a taxa de salários se manteve praticamente congelada, o que acentuou o caráter acelerado da expansão”. Em outras palavras, crescia assim a taxa de lucros, na medida em que os ganhos de produtividade eram retidos em sua grande parte pelas empresas.

Esta extraordinária expansão implicou em um grande aumento na taxa de acumulação de capital. A taxa de investimento global teria crescido de 17% em 68 para quase 30% em 1973. Nesse ano, a economia entra em regime de superaquecimento. Formam-se filas para compra de automóveis. Verifica-se escassez de insumos básicos. E o volume de inversões, que cresce sempre, de um lado já não encontra contrapartida suficiente no sistema financeiro montado; de outro lado, a expansão da indústria de bens de capital é absolutamente insuficiente para atender a demanda. Nestes termos, conforme observa Cardoso de Mello, “(1) a subida contínua da taxa de investimentos exigiria uma ampliação persistente das importações de bens de produção, o que significa criar pressões cada vez maiores sobre o balanço de pagamentos, que seriam tanto mais graves quanto menos favorável fosse a conjuntura internacional, (2) a subida contínua da taxa de investimento promoveria a intensificação crescente das pressões inflacionárias”.

Estão assim explicados, em termos endógenos, as pressões inflacionárias e o desequilíbrio no balanço de pagamentos que provocaram as medidas estabilizadoras, ou melhor, contracionistas, por parte do Governo. Estes fenômenos são explicados não apenas endogenamente, mas também estruturalmente. As contradições do padrão de crescimento estariam nas próprias características estruturais do modelo. A inflação e, em seguida, a recessão externa, assim como a quadruplicação dos preços do petróleo, vão agravar e precipitar a crise, mas esta tenderia a ocorrer em qualquer hipótese, dentro da lógica dos ciclos de expansão do sistema capitalista. Observa Belluzzo que “houve coincidência entre os ciclos da economia mundial e da brasileira. Esta coincidência, por um lado, facilitou o rápido crescimento das exportações e um abundante fluxo de financiamentos externos. De outra parte encobriu, durante algum tempo, duas sérias deficiências latentes em nosso padrão de crescimento”. Estas duas deficiências seriam “a incapacidade do sistema financeiro doméstico em prover fundos de médio e longo prazo” e “o desequilíbrio da estrutura industrial expresso num relativo ‘atraso’ na diversificação das indústrias de bens de produção”.

Nestes termos, a aceleração do processo de acumulação coincidindo com o ciclo e expansão da economia mundial, colocava pressões cada vez maiores sobre o balanço de pagamentos e sobre os preços internos. Estas pressões eram agravadas pelas deficiências do sistema financeiro a longo prazo, e pelo atraso relativo da indústria de bens de produção, a qual, embora se desenvolvesse, não acompanhava as necessidades da acumulação.

Esta análise histórico-estrutural é obviamente muito mais penetrante do que a análise neoclássica, em que a crise se torna conjuntural, senão aleatória. A visão neoclássica é eminentemente a-histórica. Os fenômenos econômicos ou se explicam aleatoriamente, como no caso em que estamos analisando, ou então são resultados de medidas de política econômica mal conduzidas, tomadas por dirigentes incompetentes. Como este último tipo de análise não cabia no presente caso, a abordagem personalista não é utilizada, e adota-se

a primeira alternativa. Os problemas são explicados ao nível de suas causas imediatas, não de suas causas mais profundas. Explica-se toda a crise a partir das pressões inflacionárias e do desequilíbrio no balanço de pagamentos. Estes fenômenos, por sua vez, ficam sem explicação, ou melhor, recebem uma explicação conjuntural e aleatória, que reduz fortemente nossa capacidade de compreensão do problema.

A análise estrutural apresentada pelos três economistas de Campinas é bem mais profunda. Deixa, no entanto, a desejar em um ponto central. A impressão com que ficamos da leitura das entrevistas é a de que todas as contradições estruturais que levaram à recessão se encontram do lado da oferta, ou seja, do lado da estrutura de produção. A estrutura da demanda é completamente esquecida. A recessão é provocada pelas pressões originárias do aumento da taxa de acumulação que não encontra respaldo, seja no sistema financeiro, seja no sistema de produção de bens de capital. Estas contradições provocam os desequilíbrios, que levam às medidas contracionistas do Governo.

Vasada nestes termos, a análise acaba ressentindo-se também de um curioso personalismo ou a-historicismo. Levando o raciocínio às últimas conseqüências, se não fossem as medidas do Governo não teríamos a recessão. O ciclo de expansão perde assim seu próprio caráter cíclico. A fase de expansão só se interrompe quando as autoridades monetárias, preocupadas com as possíveis conseqüências dos desequilíbrios inflacionários e do balanço e pagamentos, intervêm. A crise de realização, que está no centro do ciclo econômico capitalista, fica assim sem explicação endógena. Temos que recorrer à explicação exógena das medidas governamentais. Estruturalistas e neoclássicos aproximam-se aqui perigosamente.

O ciclo econômico tem como característica estrutural a modificação na distribuição de renda, com conseqüências imediatas sobre o perfil da demanda agregada. Em uma economia capitalista clássica, em que temos duas classes apenas, a dos capitalistas, proprietários dos meios de produção, e a dos trabalhadores, a fase de expansão do ciclo caracterizava-se pela elevação da taxa de lucros e pela concentração da renda na mão dos capitalistas. Ao mesmo tempo, a taxa de acumulação cresce, a produção de bens finais aumenta muito mais que proporcionalmente ao poder aquisitivo dos trabalhadores e, de repente, vemo-nos diante de uma crise de subconsumo.

No modelo brasileiro de desenvolvimento, que preferimos chamar de modelo de subdesenvolvimento industrializado, foram encontradas duas estratégias básicas de compatibilização entre a concentração da renda e a sustentação da demanda agregada. A primeira foi a de beneficiar com a concentração da renda a camada tecnoburocrática ou, mais genericamente, a classe média que recebe ordenados. Nestes termos, esta camada consumia os bens duráveis que chegavam ao mercado, garantindo o equilíbrio entre a oferta e a demanda agregada. Isto é observado pelos três economistas estruturalistas. A segunda estratégia consiste em dar uma grande ênfase ao crescimento do comércio internacional, de forma a poder exportar os excedentes de bens de consumo e importar bens de capital e bens intermediários. Compatibiliza-se, assim, mais uma vez, concentração de renda com sustentação da demanda.

Entretanto é preciso não ir longe demais na crença de que a oferta cria sua própria procura. Nossos cinco economistas, estruturalistas e neoclássicos, afirmam que não há incompatibilidade nenhuma entre um aumento da desigualdade e expansão do mercado interno. Ora, isto é perfeitamente correto desde que os mecanismos de ajustamento, como os dois acima referidos, estejam funcionando perfeitamente. Entretanto, para que este

ajustamento entre a demanda e a oferta agregada se mantenha, é essencial uma condição adicional – a de que se mantenha em equilíbrio a relação entre os lucros dos capitalistas e os ordenados da classe média. Porque são os ordenados que garantem, neste modelo, a demanda de bens de consumo duráveis, essencial para o equilíbrio do sistema. Ora, tudo indica que, durante o ano de 1973, o superaquecimento da economia brasileira, coincidindo com o da economia mundial, permitiu não apenas um grande aumento da taxa de acumulação, mas também um grande aumento da taxa de lucros. Os ordenados, diluídos pela taxa de inflação crescente, não conseguiram acompanhar o crescimento explosivo dos lucros e da acumulação. Estavam estabelecidas as condições estruturais para a crise de realização. Esta é precipitada pelas medidas contracionistas do Governo, assim como foram precipitadas pela crise do petróleo, pela inflação e pela recessão mundial.

A explicação da crise torna-se assim plenamente estrutural e endógena. Não ficamos dependentes das medidas do Governo para compreendermos a recessão. O capitalismo engendra suas próprias crises. Estas são menos violentas do que no passado, dada a grande participação do Estado na economia. Mas o movimento cíclico do sistema capitalista continua vigente. Este movimento cíclico explica-se, em última análise, pelas alterações que provoca na estrutura da distribuição da renda. Se no Brasil desenvolvemos um modelo perverso de crescimento, em que a classe trabalhadora foi marginalizada dos seus benefícios e neutralizada quanto aos possíveis efeitos negativos sobre o equilíbrio entre a oferta e a demanda agregada que pode causar a estagnação dos salários, isto não significa que os problemas relativos ao perfil da demanda agregada tenham sido superados. Simplesmente o problema foi transferido para um segundo nível – aquele do equilíbrio entre ordenados e lucros. Neste nível, em que circula o excedente econômico, os desequilíbrios que ocorrem determinam os movimentos do ciclo econômico e constituem uma parte essencial da explicação da atual recessão econômica brasileira.

É preciso, finalmente, observar que a análise econômica histórico-estrutural é eminentemente dialética. Uma análise linear de causa e efeito, ao nível apenas do processo de produção e acumulação, é insuficiente. Os movimentos da demanda agregada e os processos de concentração e reconcentração da renda devem ser relacionados com os processos de aumento rápido e, em seguida, declínio da taxa de acumulação de capital. O processo de inversão, por sua vez, não guarda uma relação linear com o surgimento de pressões inflacionárias e desequilíbrios no balanço de pagamentos. Estes fenômenos interagem entre si e só ganham seu total significado quando as modificações na divisão do excedente entre os diversos grupos sociais e as conseqüentes alterações no perfil da demanda agregada são integradas na análise, na mesma medida em que fazem parte da realidade econômica e social que está sendo estudada.